



# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



**IMPUGNANTE: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**

**IMPUGNADO: MUNICÍPIO DE TIO HUGO**

**PROCESSO Nº: 2022.00310003**

**NATUREZA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2022**

**OBJETO: PARA AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS E 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA**

## **DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**

O Impugnado, através do competente Setor de Licitações e Compras, promoveu a abertura do Edital pela Modalidade de Pregão Presencial nº 0001/2021, objetivando a aquisição de 02 (duas) retroescavadeiras e uma pá carregadeira, com garantia mínima de 01 ano contra defeitos de fábrica, para veículos frota do Município, conforme descrições do Anexo I do Edital.

Foi dada publicidade ao respectivo ato, nos termos da lei, publicando-o no DOU, no DOE, no Jornal da Famurs (Diário Oficial dos Municípios) e no site do Impugnado, bem como no Quadro Oficial de Publicações, definidos na Lei Municipal nº 024/2001, atendendo assim, de plano, a disposições da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

O Edital em seu item "1.1" estabeleceu que - "1.1. "O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS E 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA PARA A SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE TIO HUGO/RS, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, CONVÊNIOS**



# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



**911619/2021, 921494/2021 E 917139/2021 E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE TIO HUGO** conforme condições, e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”

O item 1.2 e 1.3 do edital estabelecem:

“1.2. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. **O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.”

Ainda, no Anexo I do Edital, na descrição dos itens 1.1, especificamente no item “1”, solicitou-se:

“**RETROESCAVADEIRA** nova, tracionada 4X4, ano/modelo mínimo 2021/2021, fabricação nacional, equipada com motor diesel, potência mínima de 100HP, com transmissão sincronizada mínima de 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, bloqueio diferencial traseiro, com conversor de torque e reversão hidráulica; eixo dianteiro oscilante, reforçado para serviços pesados e pneus mínimo de 12 X 16 – 10 lonas; eixo traseiro equipado com freios blindados a disco em banho de óleo, auto ajustável; eixo traseiro pneus mínimo 17 X 25 – 10 lonas; direção hidrostática, cabine fechada, com ar condicionado quente e frio, parabrisa dianteiro com esguicho e limpador, faróis de iluminação e luzes no freio, setas direcionais, banco do operador ajustável com suspensão, com cinto de segurança; espelhos retrovisores dianteiro e traseiro; carregador frontal hidráulico com capacidade de no mínimo 1,00 m³ e caçamba traseira com dentes e capacidade mínima de 0,20 m³; chassi monobloco inteiramente soldado, peso operacional mínimo de 7.500 kg; protetor do cárter do motor, tapete de borracha, extintor de incêndio e demais itens de fábrica. Garantia de no mínimo 12 meses.”

A Impugnante no dia 18 de janeiro de 2022, apresentou Impugnação ao Edital, alegando que o mesmo contém graves vícios nas exigências do Edital que restringem a competitividade do certame, alegando que tais descrições são “minuciosamente específicas”, citando as descrições abaixo:



# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



- 1 – POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 HP;
- 2 – PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.500 KG;
- 3 – EIXO TRASEIRO PNEUS MÍNIMOS 17X25;

Ao final, a impugnante requer que:

*Receba a presente impugnação, determinando:*

*a) Que sejam reformuladas as descrições técnicas impugnadas, visando a participação da impugnante e de outras empresas concorrentes no presente certame licitatório, passando a constar no processo licitatório da seguinte forma:*

- POTÊNCIA DE 97 HP;*
- PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.482 Kg;*
- EIXO TRASEIRO PNEUS MÍNIMOS 19,5x24;*

**É o Relatório.**

## DECISÃO

Cuida-se de Impugnação ao Edital, onde especificamente a Impugnante insurge-se com referência as descrições estabelecidas no edital quanto aos objetos licitados e aos acessórios, potência e peso dos mesmos.

Porém, observando-se o Edital do Pregão Presencial n. 0001/2022 constata-se que em nenhum dos itens está determinando descrições fora do padrão das máquinas a serem adquiridas, nem mesmo há caso de direcionamento como alegado pelo Impugnante.

Diferentemente do alegado pelo Impugnante, o Edital não restringe a oferta de aquisição das referidas máquinas a várias ou todas as fabricantes/empresas, pelo contrário, há diversas empresas que se encaixam no perfil das descrições mínimas do item a ser objeto do Edital, até mesmo por serem vistas em outros equipamentos semelhantes nos mais diversos segmentos, tanto no Poder Público como no Privado.





# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



Ainda, não convém o Município retificar as descrições técnicas do objeto do processo licitatório apenas para contemplar uma fabricante/vendedora, pois alterando o objeto para ficar de acordo com as descrições técnicas oferecidas pela impugnante, então neste caso sim haveria certo direcionamento, uma vez que as descrições do objeto já foram alinhavadas com a Secretaria responsável, sendo repassado aos agentes responsáveis pelo processo licitatório exatamente as descrições técnicas e acessórios que a máquina necessita para realizar o serviço e atingir sua finalidade.

Em se tratando do poder discricionário da Administração, é perfeitamente razoável o estabelecimento de descrições como potência, acessório e peso mínimo das máquinas a serem adquiridas, como o seria em qualquer tipo de contrato de compra e venda.

A Administração Pública Municipal, por intermédio de seu Pregoeiro (a) Oficial, busca sempre confeccionar editais com base nas solicitações elaboradas pelas Secretarias Municipais, que são diretamente responsáveis pela gerência das compras, as quais devem definir de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público, verificando-se ainda sua conformidade com os ditames legais. Os editais devem sempre buscar a proposta mais vantajosa e evitar a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservando, portanto, o referido e inafastável interesse público.

Ocorre que, se por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto a ser contratado sob pena de frustrar a competitividade, por outro, não pode definir o objeto de forma excessivamente amplo, permitindo, neste caso, que os critérios para julgamento das propostas faleçam, em virtude da própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

Assim, pode-se concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição.



# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



Em momento algum foi restringida a oferta de para qualquer empresa fabricante dos mesmos, não havendo qualquer restrição no edital e, sim, somente um critério mínimo, definido pela Administração, em seu total poder discricionário. Qualquer licitante poderá participar normalmente do certame, desde que cote produtos que atendam a todas as especificações contidas no respectivo edital.

A Administração, ao exigir os requisitos em questão, não visou restringir a participação de empresas fornecedoras, mas sim zelar pelo erário e pelo interesse público no geral, inclusive em relação à segurança e exigências mínimas para que as máquinas a serem adquiridas consigam realizar o trabalho para qual serão designadas, sempre visando o devido interesse público.

Portanto, não há falar em violação ao princípio da isonomia e da ampla competitividade, mas de cláusula que pretende garantir que a fabricante/empresa vencedora consiga entregar a máquina que vai suprir sua finalidade, o que vem ao encontro do interesse público.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos (Lei nº 8.666/93, no seu artigo 3º, caput).

Desta forma, ao fazer a exigência das referidas descrições e exigências mínimas no Edital, age o ente público, sob o pálio da discricionariedade ao fazer valer as normas do edital, dentro do limite do legal e do legítimo, as quais não têm o condão de frustrar o caráter competitivo da licitação.

Igualmente não encontra eco a assertiva de que há restrição a licitantes devido aos requisitos estabelecidos no edital, ao contrário, estes requisitos dos objetos licitados estão sendo solicitado de **todos** os interessados em participar do certame.





# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



Não por outro motivo, a lição do renomado doutrinador Diógenes Gasparini: *“atente-se que só as exigências inconvenientes ou irrelevantes estão vedadas”* (GASPARINI, Direito administrativo, 2006, pág-482).

O Edital atende a legalidade. Estampa-se, sobretudo, a estreita simetria com os princípios gerais da administração pública, contidos no art. 37 da Constituição Federal, e especificamente, os princípios norteadores da licitação e da administração pública em geral.

Importa ainda referir, que cabe ao administrador a tomada de ações que lhe são **discricionárias**, sempre, e tudo, **objetivando o interesse público**, jamais o individual.

Emerson Garcia em sua obra *“Discricionariedade administrativa, 2005, p.50”*, ensina:

A opção discricionária do administrador deve ser construída a partir da interpretação jurídica **não só da norma legal que outorga a sua competência mas também de todo o conjunto de princípios e normas que constituem o ordenamento jurídico em que ela se insere.**

Destarte, não se vislumbra qualquer ilegalidade, nem impertinência ou prescindibilidade.

Neste diapasão, é remansoso e pacífico o entendimento jurisprudencial, galgado nas sábias afirmações de outros mestres, como Adilson Abreu Dallari, que assim se reporta:

**“é inquestionável assistir ao promotor do certame licitatório certa margem de liberdade para estabelecer, no edital, padrões mínimos de idoneidade financeira e técnica”** (Aspectos Jurídicos da Licitação, 2006, p. 136).



# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



Assim, o Edital vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Como bem afirma MARÇAL JUSTEN FILHO<sup>1</sup>, “a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exhaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei.”

Desse modo, não há a verossimilhança do direito da Impugnante.

**ANTE AO EXPOSTO**, desacolho a impugnação ventilada, pelos fundamentos fáticos jurídicos supra mencionados.

Intime-se.

Publique-se.

Registre-se.

Tio Hugo – RS, 19 de janeiro de 2022.

  
**GILSO PAZ**  
Prefeito Municipal

---

<sup>1</sup> Op. cit., p. 64.